

MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.

CNPJ 17.249.375/0001-92



A seguradora global de confiança.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEZEMBRO DE 2016

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2016, a Instituição administrava 5 grupos para a compra de automóveis e 5 grupos para compra de imóveis. As receitas de prestação de serviços de consórcio totalizaram R\$ 11.262 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 8.524 mil em 31 de dezembro de 2015).

A Administração da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A., acompanha os negócios e resultados gerados anualmente pela Companhia, considerados dentro do esperado em relação ao planejamento estratégico quando do início das atividades de gestão de consórcio, e planeja novas ações empresariais com vistas à redução do prejuízo acumulado e início da lucratividade da Companhia. Dentre as ações, destacamos:

Redução de custos administrativos, novos canais de distribuição, novos modelos de negócios, bem como a busca por novos parceiros estratégicos.

Como as ações incluídas no plano de ação, descrito acima e na nota explicativa 1, não surtirem em um efeito que proporcione lucratividade à Administradora, confirmamos nosso compromisso de capitalização

monetária da administradora, conforme já é efetuada de forma recorrente.

De acordo com esse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional e não incluem quaisquer ajustes associados com incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 29 de março de 2017

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Circulante		11.653	22.750
Disponível		1	9
Caixa e bancos		5	9.511
Títulos e valores mobiliários		21.595	21.595
Carteira própria		9.511	21.595
Outros créditos		2.128	1.140
Rendas a receber		7	-
Diversos		2.121	1.140
Outros valores e bens		13	6
Despesas antecipadas		13	6
Realizável a longo prazo		1.077	3.897
Títulos e valores mobiliários		933	3.828
Carteira própria		933	3.828
Outros créditos		144	69
Diversos		10f	144
Permanente		272	370
Imobilizado		96	127
Outras mobilizações		181	176
(-) Depreciação		(85)	(49)
Intangível		176	243
Outros intangíveis		500	472
(-) Amortização		(324)	(229)
Total do ativo		13.002	27.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Notas	2016	2015
Passivo			
Circulante		2.628	2.316
Outras obrigações		2.628	2.316
Fiscais e previdenciárias		418	288
Dívidas		8	2.028
Provisão para pagamentos a efetuar		1.276	1.333
Provisão para passivos contingentes		12	143
Credores diversos - País		791	555
Patrimônio líquido		10.374	24.701
Capital social		52.000	52.000
Prejuízos acumulados		(41.626)	(27.299)
Total do passivo		13.002	27.017

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Ativo		
Circulante	86.908	42.399
Disponibilidades	11	33
Depósitos bancários	11	33
Aplicações interfinanceiras de liquidez	37.540	17.258
Aplicações financeiras	37.540	17.258
Outros créditos	49.357	25.108
Direitos juntos a consorciados contemplados	49.357	25.108
Compensação	907.972	666.631
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	2.604	1.766
Contribuições devidas ao grupo	471.249	344.173
Valor dos bens ou serviços a contemplar	434.119	320.692
Total do ativo e contas de compensação	994.880	709.030

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	2016	2015
Passivo		
Circulante	86.908	42.399
Outras obrigações	86.908	42.399
Obrigações com consorciados	31.569	16.308
Valores a repassar	915	462
Obrigações por contemplações a entregar	34.843	16.143
Recursos a devolver a consorciados	13.705	6.825
Recursos do grupo	5.871	2.661
Compensação	907.972	666.631
Recursos mensais a receber de consorciados	2.604	1.766
Obrigações do grupo por contribuições	471.249	344.173
Bens ou serviços a contemplar - valor	434.119	320.692
Total do passivo e contas de compensação	994.880	709.030

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. (doravante denominada por "Administradora"), foi constituída em 17 de agosto de 2012 e autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 11 de outubro de 2012, tem como objetivo a administração de grupos de consórcios de bens móveis (veículos) e imóveis, iniciando suas atividades em 17 de dezembro de 2012.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcios são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcios são mantidas em contas específicas da Administradora e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.

As operações da Administradora serão conduzidas de forma integrada com as Companhias que integram o sistema MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em São Paulo, Brasil, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. A Administração da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A., acompanha os negócios e resultados gerados anualmente pela Companhia, considerados dentro do esperado em relação ao planejamento estratégico quando do início das atividades de gestão de consórcio, e planeja novas ações empresariais com vistas à redução do prejuízo acumulado e início da lucratividade da Companhia. Dentre as ações, destacamos:

Redução de custos administrativos, novos canais de distribuição, novos modelos de negócio, bem como a busca por novos parceiros estratégicos.

De acordo com esse contexto, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional e não incluem quaisquer ajustes associados com incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura do Grupo é a seguinte:



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcios e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (homologado pela Resolução CMN nº 1.144/12);
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08);
- CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa (homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08);
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas (homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09);
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações (homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11);
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11);
- CPC 24 - Evento Subsequente (homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11);
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09); e
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15).

Atualmente, não é possível emitir quando o Conselho Monetário Nacional já aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e, se o impacto dos mesmos se dará de maneira prospectiva ou retrospectiva nas demonstrações financeiras. As Cartas Circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil, consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcios, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de março de 2017.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas aos exercícios de 31 de dezembro de 2016 e 2015 para o Balanço Patrimonial e Demonstrações Consolidadas dos recursos de consórcios, nas demais demonstrações as informações são comparativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016, conforme disposições da Circular 2.381 de 18/11/1993 - BACEN.

c) Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Administradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Da Administradora

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização registrado no resultado.

Os títulos disponíveis para venda são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização ou reclassificação.

Os títulos mantidos até o vencimento compreendem os títulos para os quais a Administradora tem intenção e a capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros e a atualização monetária menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administradora avalia os ativos, a fim de verificar se seus valores contábeis são recuperáveis.

De acordo com a Resolução BACEN nº 3.566 de 29 de maio de 2008, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável. O valor recuperável de cada ativo é calculado como o maior valor entre o valor em uso (soma dos fluxos de caixa após os impostos estimados descontados à data presente) e o valor justo menos seu custo de venda (preço de mercado subtraído das despesas de transação). Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

e) Imobilizado e intangível

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações e amortizações acumuladas. As depreciações e amortizações são calculadas linearmente com base nas seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos - 10%, equipamentos de informática - 20% e Veículos - 20%. Os ativos intangíveis compreendem substancialmente projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 20 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e CPC 25 - Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre/exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros.

O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado.

h) Apuração de resultado

A taxa de administração é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas devidas pelos participantes dos grupos de consórcios. As comissões sobre as vendas de quotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização das quotas.

As despesas receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência e austeridade, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de provável realização.

3.2. Dos grupos de consórcios

a) Aplicações financeiras

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Representam os recursos disponíveis, ainda não utilizados nos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo.

b) Direitos com consorciados contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados já contemplados, devidamente atualizados até a data do balanço. As cotas ajustadas e em atraso são registradas pelo seu valor histórico.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Esta conta de compensação registra o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, correspondente ao fundo comum e ao fundo de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Esta conta de compensação registra a previsão de recebimento do fundo comum e do fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens na data do balanço.

e) Valor dos bens a contemplar

Esta conta de compensação registra o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

f) Obrigações com consorciados

Registra as obrigações com os consorciados e possui a seguinte segregação quanto ao registro:

- Grupos em formação - são os valores recebidos antes da constituição formal do grupo, acrescido de rendimentos financeiros.
- Contribuições de consorciados não contemplados - são os valores recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, a título de fundo comum, as quais são atualizadas pela valorização dos bens.

g) Valores a repassar

São os valores recebidos e ainda não repassados a terceiros pelo grupo, relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, multas rescisórias e outros recursos.

h) Obrigações por contemplações a entregar

São os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das correspondentes remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Registra os valores dos recursos coletados a serem devolvidos a consorciados ativos por excessos de amortização; por ocasião do rateio para encerramento do grupo e aos consorciados desistentes ou excluídos; e pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzido das multas aplicadas.

j) Recursos do grupo

Referem-se aos recursos recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de aplicações financeiras, cumprimento de obrigações e apuramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimeza da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos recursos financeiros.

k) Taxa de administração

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição, de acordo com o valor do bem atualizado na data do pagamento.

l) Grupos de consórcios

	2016		2015	
	Autos Nacionais	Imóveis	Autos Nacionais	Imóveis
Quantidade de grupos administrados	5	5	4	4
Quantidade de consorciados ativos	884	1.523	565	1.202
Quantidade de consorciados quitados	25	19	10	10
Quantidade de consorciados desligados	1.445	2.776	1.019	1.871
Quantidade de bens entregues no exercício	43	11	14	11
Quantidade de bens a entregar	106	140	52	85
Quantidade de assembleias a realizar	261	866	252	731

A inadimplência é calculada tendo como referência as cotas contempladas. Neste contexto, o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou o valor de 7 cotas, totalizando 12,96% de inadimplência (11,02% em 2015).

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e

Risco operacional.

A inadequação desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Administradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

☆ continuação

MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. - CNPJ nº 17.249.375/0001-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

(b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Limitações da análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administradora de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologias, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Gerenciamento do risco operacional

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

• Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com as exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Dentro desse cenário, a Administradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Refere-se ao saldo em conta-corrente no montante de R\$ 1 (R\$ 9 em 2015).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O valor de mercado das cotas de investimento financeiro foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelo administrador do fundo de investimentos nos quais a Administradora aplica seus recursos. A Administradora mantém, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, aplicações em cotas de fundos exclusivos cuja carteira está assim composta:

	2016		2015		2016		2015		Ativos	Total	2016	2015
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)				
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Curva	Valor justo	Ganho/(Perda) Não Realizada	(D)				
Títulos												
I. Valor justo por meio do resultado												
Fundos de investimentos												
Debêntures	–	–	112	112	112	112	–	–	112	19%	–	–
Letras financeiras do tesouro - LFT	3	5.480	627	6.110	6.110	6.110	–	–	6.110	69%	37	471
Operações compromissadas (*)	1.841	–	–	1.841	1.841	1.841	–	–	1.841	20%	11.634	–
Letras financeiras - LF	–	183	–	183	183	183	–	–	183	2%	468	–
Fundos de investimentos - abertos/outros	753	–	–	753	753	753	–	–	753	8%	2.029	–
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	(1)	–	–	(1)	(1)	(1)	–	–	(1)	0%	(6)	–
II. Títulos mantidos até o vencimento	513	16	917	1.446	1.446	1.442	(4)	(4)	1.446	100%	3.828	–
Fundos de investimentos												
Letras do tesouro nacional - LTN	424	–	–	424	424	424	–	–	424	29%	1.072	–
Notas do tesouro nacional - NTN-B	–	–	611	611	611	612	1	1	611	43%	1.611	–
Notas do tesouro nacional - NTN-F	89	16	306	411	411	406	(5)	(4)	411	28%	1.145	–
Total geral	3.109	5.679	1.656	10.444	10.444	10.440	(4)	(4)	10.444	100%	25.423	–

7. OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	267	171
Imposto de renda a compensar (nota 10)	1.559	952
Créditos de devedores diversos	54	17
Contas a receber - Compartilhamento despesas administrativas (nota 11)	152	–
Devedores por depósitos em garantia - interposição recurso trabalhista	55	–
Devedores por depósitos em garantia - interposição recurso cível	34	–
Total	2.211	1.140

8. OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2016	2015
Provisão de férias	299	229
Provisão rescisão contratual	209	172
Provisão previdência complementar	7	6
Outras provisões com despesas de pessoal	114	109
Salários a pagar	362	403
Provisão PLR	282	203
Outras provisões administrativas	3	211
Subtotal	1.276	1.333
Provisão passivos contingentes cíveis	62	86
Provisão passivos contingentes trabalhistas	81	54
Subtotal	143	140
Fornecedores	581	465
Contas a pagar - Compartilhamento de despesas administrativas (nota 11)	210	210
Subtotal	791	555
Total	2.210	2.028

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 52.000 representado por 127.363.234 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

c) Dividendos

O Estatuto determina a distribuição de dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, depois de deduzida a reserva legal.

10. RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Receitas com títulos de renda fixa privado	920	2.332	3.911	3.911
Total	920	2.332	3.911	3.911

b) Despesas com pessoal

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Despesas com benefícios	(402)	(720)	(403)	(403)
Despesas com encargos sociais	(122)	(245)	(150)	(150)
Despesas com proventos	(1.446)	(3.116)	(1.766)	(1.766)
Recuperação de despesas compartilhadas (nota 11)	209	398	(972)	(972)
Despesas com previdência complementar	(11)	(16)	(5)	(5)
Despesas com previdência social	(353)	(684)	(397)	(397)
Despesas com treinamento	(1)	(6)	(7)	(7)
Total	(2.126)	(4.389)	(3.700)	(3.700)

c) Outras despesas administrativas

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Despesas com comunicação	(9)	(25)	(25)	(25)
Despesas com contribuição sindical patrimonial	(25)	(50)	(62)	(62)
Despesas com emolumentos judiciais e cartórios	(7)	(18)	(15)	(15)
Despesas com lanches e refeições	(4)	(11)	(5)	(5)
Despesas com juros e multas	–	(2)	(21)	(21)

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Despesas com entidades de Classe	(19)	(35)	(33)	(33)
Despesas compartilhadas (nota 11)	(603)	(1.299)	(168)	(168)
Despesas com representação Social	(2)	(15)	(28)	(28)
Despesas bancárias	(8)	(14)	(8)	(8)
Despesas com materiais	(2)	(12)	(2)	(2)
Despesas com depreciação e amortização	(64)	(131)	(136)	(136)
Despesas com processamento de dados	(249)	(413)	(709)	(709)
Despesas com promoções e relações públicas	(12)	(37)	(19)	(19)
Despesas com propaganda e publicidade	–	–	(159)	(159)
Despesas com publicações	(3)	(75)	(61)	(61)
Despesas com seguros	(4)	(6)	(2)	(2)
Despesas com sistema financeiro	(4)	(5)	(6)	(6)
Despesas com serviços de terceiros	(641)	(1.341)	(1.553)	(1.553)
Despesas com serviços técnicos especializados	(146)	(379)	(66)	(66)
Despesas com locomoção	(58)	(137)	(150)	(150)
Despesas com viagens	(28)	(64)	(136)	(136)
Outras despesas	(1)	(1)	–	–
Total	(1.889)	(4.070)	(3.666)	(3.666)

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
ISS	(275)	(563)	(426)	(426)
COFINS	(418)	(856)	(648)	(648)
COFINS sobre receitas financeiras	(38)	(96)	(79)	(79)
PIS/PASEP	(91)	(186)	(141)	(141)
PIS/PASEP sobre receitas financeiras	(6)	(15)	(13)	(13)
Despesas tributárias diversas	(7)	(17)	(29)	(29)
Total	(835)	(1.733)	(1.336)	(1.336)

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2015	2015
Despesas bancárias	(21)	(32)	(19)	(19)
Despesas com comissões sobre vendas - cotas	(7.204)	(14.200)	(10.515)	(10.515)
Despesas com assessoria em consórcio	(1.516)	(3.226)	(3.619)	(3.619)
Despesas com títulos de capitalização	(6)	(12)	(11)	(11)
Despesas com campanhas incentivo de vendas	(6)	(100)	(102)	(102)
Despesas com assessoria e consultoria - crédito	(53)	(196)	(231)	(231)
Despesas com assessoria e consultoria - cobrança	(135)	(135)	–	–
Despesas com laudos de avaliação de imóveis	(23)	(34)	(16)	(16)
Despesas com histórias de bens móveis	(3)	(4)	(2)	(2)
Despesas com provisão de passivos trabalhistas (nota 12)	(6)	(27)	(54)	(54)
Despesas com provisão de passivos cíveis (nota 12)	(21)	24	(86)	(86)
Despesas com condenações em processos cíveis	(51)	(86)	(16)	(16)
Total	(9.045)	(18.028)	(14.671)	(14.671)

	2º Semestre de 2016		2016		2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo antes dos impostos e após participações	(7.293)	(7.293)	(14.402)	(14.402)	(10.898)	(10.898)
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(1.823)	(656)	(3.601)	(1.296)	(2.725)	(981)
Diferenças temporárias	(44)	(16)	21	7	34	12
Tributo antes das compensações	(1.867)	(672)	(3.580)	(1.289)	(2.691)	(969)
Imposto corrente	(1.867)	(672)	(3.580)	(1.289)	(2.691)	(969)
Constituição de crédito tributário	3	1	(76)	(27)	1	–
Prejuízo Fiscal/Base Negativa - Baixa	1.823	656	3.601	1.296	2.691	969
Total	(41)	(15)	(55)	(20)	1	–

DIRETORIA

WILSON TONETO Diretor Presidente	ELÍSEO JOÃO VICIANA Diretor	MIGUEL GÓMEZ BERMÚDEZ Diretor	RENATO FERNANDES Diretor	DIRCEU TIEGS Diretor
--	---------------------------------------	---	------------------------------------	--------------------------------

CONTADOR

MÁRCIO VINZENZI JAGER CRC-15258226/O-1
--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da **MAPFRE Administradora de Consórcios S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e das variações das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas do Banco Central.

O Comitê reuniu-se com os principais executivos